

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

**Notas Explicativas referente ao segundo trimestre de 2021 das Demonstrações Contábeis do Ministério da Cidadania**

**Órgão 55000**

Brasília-DF

Julho / 2021

**Índice**

I. Contexto Operacional .........................................................................................................4 a 7

II. Demonstrações Contábeis................................................................................................8 a 16

III. Notas Explicativas...........................................................................................................17 a 43

 Balanço Patrimonial.......................................................................................................21 a 40

 Balanço Financeiro.........................................................................................................40 a 41

 Balanço Orçamentário...................................................................................................41 a 42

 Demonstração das Variações Patrimoniais....................................................................42 a 43

 Demonstração dos Fluxos de Caixa................................................................................43

**MINISTRO DA CIDADANIA**

João Roma

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Luiz Antônio Galvão

**SUBSECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GOVERNANÇA**

Sandra Yoko Sato

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS**

Ayrton Galiciani Martinello

**COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS SUBSTITUTO**

Vanair Alves de Oliveira

**COORDENADORA DE CONTABILIDADE**

Carolina Nascimento Cavalcante

**Informações SETORIAL CONTÁBIL MC:**

Fone: (61) 2030-1292 / 2030-1311

Correio Eletrônico: cgcc@cidadania.gov.br

**I – Contexto Operacional**

A Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019, posteriormente transformada na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, criou o Ministério da Cidadania abarcando como principais atuações políticas as advindas dos extintos Ministérios da Cultura, do Desenvolvimento Social e do Esporte. Segue abaixo breve resumo do histórico ocorrido desde a criação do Ministério:

1. Em 30 de junho de 2019 a Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO foi extinta por força do artigo 12 da Lei nº 13.474 de 23 de agosto de 2017 e em 04 de dezembro de 2019 foi instituído o Escritório de Governança do Legado Olímpico – EGLO por meio do Decreto nº 10.154 com atuação temporária até 30 de junho de 2020 no âmbito da Secretaria Especial do Esporte. Em 30 de junho de 2020, com o Decreto nº 10.408, esse prazo foi prorrogado até 15/01/2021 passível de nova prorrogação até 15/06/2021.
2. Em 07 de novembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.108 os órgãos vinculados ao extinto Ministério da Cultura foram transferidos para o Ministério do Turismo. Seguem abaixo os órgãos em questão:
	* Agência Nacional do Cinema - ANCINE;
	* Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN;
	* Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM;
	* Fundação Biblioteca Nacional - FBN;
	* Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB;
	* Fundação Cultural Palmares - FCP; e
	* Fundação Nacional de Artes – FUNARTE.
3. A partir de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde decretou pandemia devido ao coronavírus (COVID – 19). Com isso o Ministério da Cidadania foi fortemente impactado, haja vista que as políticas de assistência social fazem parte de suas competências. Desta forma foi editada a Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, criando o auxílio emergencial destinado a auxiliar os microempreendedores, contribuintes individuais, trabalhadores informais e trabalhadores de baixa renda que tiveram suas fontes de renda severamente prejudicadas em virtude da pandemia. Para tanto foi criada a Unidade Gestora 550027 sob a gestão da Secretaria Executiva do Ministério para realizar os pagamentos dos auxílios emergenciais.
4. A MP nº 1.000, de 2020 instituiu o Auxílio Emergencial Residual.
5. Em 20 de maio de 2020 foram emitidos os Decretos nº 10.357 e nº 10.359, sendo que o primeiro trouxe nova estrutura regimental do Ministério da Cidadania enquanto o segundo a nova estrutura regimental do Ministério do Turismo incluindo a transferência da Secretaria Especial de Cultura.
6. A Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021, instituiu o Auxílio Emergencial 2021 com pagamentos previstos de serem realizados em 4 parcelas entre o período de 06/04 e 22/08/2021.
7. O Decreto nº 10.740, de 05 de julho de 2021, prorrogou por pelo período complementar de 3 meses o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), instituído pela Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021.

Apesar das transferências supracitadas nos itens “b” e “e” terem ocorrido no campo legal, estas só foram efetivadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI no mês de junho de 2020.

Desta forma, o Ministério da Cidadania passou a ter atuação nas seguintes políticas:

* política nacional de desenvolvimento social;
* política nacional de segurança alimentar e nutricional;
* política nacional de assistência social;
* política nacional de renda de cidadania;
* políticas sobre drogas, quanto a:

a) educação, informação e capacitação para a ação efetiva com vistas à redução do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

b) realização de campanhas de prevenção do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas;

c) implantação e implementação de rede integrada para pessoas com transtornos decorrentes do consumo de substâncias psicoativas;

d) avaliação e acompanhamento de tratamentos e iniciativas terapêuticas;

e) redução das consequências sociais e de saúde decorrente do uso indevido de drogas lícitas e ilícitas; e

f) manutenção e atualização do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas;

* articulação, coordenação, supervisão, integração e proposição das ações do governo e do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) quanto aos aspectos relacionados ao tratamento, à recuperação e à reinserção social de usuários e dependentes, bem como ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas;
* atuação em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sisnad;
* articulação entre os governos federal, estaduais, distrital e municipais e a sociedade no estabelecimento de diretrizes e na execução de ações e programas nas áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda, de cidadania e de assistência social;
* gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
* coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda;
* aprovação dos orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social do Transporte (Sest);
* política nacional de desenvolvimento da prática dos esportes;
* intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à promoção do esporte;
* estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades esportivas;
* planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo aos esportes e de ações de democratização da prática esportiva e de inclusão social por intermédio do esporte; e
* cooperativismo e associativismo urbanos.

O Decreto nº 10.357, aprovou a seguinte estrutura regimental para o Ministério da Cidadania:

I - Órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Cidadania:

a) Gabinete;

b) Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos;

c) Assessoria Especial de Controle Interno;

d) Consultoria Jurídica; e

e) Secretaria-Executiva:

1. Diretoria de Comunicação Social;

2. Diretoria de Assuntos Internacionais;

3. Diretoria Parlamentar e Federativa;

4. Corregedoria;

5. Subsecretaria de Assuntos Administrativos;

6. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Governança;

7. Subsecretaria de Tecnologia da Informação;

8. Ouvidoria Geral;

9. Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências:

9.1. Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social; e

9.2. Diretoria de Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social;

10. Secretaria de Articulação e Parcerias: Diretoria de Relacionamento e Parcerias;

11. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:

11.1. Departamento de Avaliação;

11.2. Departamento de Monitoramento;

11.3. Departamento de Gestão da Informação; e

11.4. Departamento de Formação e Disseminação; e

12. Secretaria Nacional do Cadastro Único: Departamento do Cadastro Único;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria Especial do Desenvolvimento Social:

1. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania:

1.1. Departamento de Operação;

1.2. Departamento de Benefícios; e

1.3. Departamento de Condicionalidades;

2. Secretaria Nacional de Assistência Social:

2.1. Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social;

2.2. Departamento de Benefícios Assistenciais;

2.3. Departamento de Proteção Social Básica;

2.4. Departamento de Proteção Social Especial; e

2.5. Departamento da Rede Socioassistencial Privada do Sistema Único de Assistência Social;

3. Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva:

3.1. Departamento de Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.2. Departamento de Compras Públicas para a Inclusão Social e Produtiva Rural;

3.3. Departamento de Estruturação de Equipamentos Públicos; e

3.4. Departamento de Inclusão Produtiva Urbana;

4. Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância: Departamento de Atenção à Primeira Infância; e

5. Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas:

5.1. Departamento de Articulação e Projetos Estratégicos;

5.2. Departamento de Prevenção, Cuidados e Reinserção Social; e

5.3. Departamento de Planejamento e Avaliação; e

b) Secretaria Especial do Esporte:

1. Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte;

2. Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social: Departamento de Desenvolvimento e Acompanhamento de Políticas e Programas Intersetoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social;

3. Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento:

3.1. Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento; e

3.2. Departamento de Infraestrutura de Esporte;

4. Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor:

4.1. Departamento de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor; e

4.2. Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT;

5. Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem:

5.1. Diretoria-Executiva; e

5.2. Diretoria Técnica; e

6. Secretaria Nacional de Paradesporto: Departamento de Paradesporto; e

III - órgãos colegiados:

a) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

b) Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza;

c) Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família;

d) Conselho Nacional do Esporte - CNE; e

e) Conselho Nacional de Economia Solidária.

Isto posto, fica explanado o contexto operacional norteador da análise dos demonstrativos contábeis do segundo trimestre de 2021.

**II – Demonstrações Contábeis**

**BALANÇO PATRIMONIAL**

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVO | PASSIVO |
| ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** | ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** |
| **ATIVO CIRCULANTE** | **97.403.066.062,49** | **126.027.505.377,15** | **PASSIVO CIRCULANTE** | **4.045.063.892,72** | **5.014.250.611,00** |
| **Caixa e Equivalentes de Caixa** | **768.471.140,54** | **4.434.936.071,01** | **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo** | **42.334.543,80** | **247.772.273,19** |
|  **Créditos a Curto Prazo** | **96.632.670.741,55** | **121.590.497.896,14** |  **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** | **5.144.221,81** | **6.621.361,34** |
|  Demais Créditos e Valores | 96.632.670.741,55 | 121.590.497.896,14 |  **Obrigações de Repartição a Outros Entes** | **934.452.412,98** | **700.530.515,27** |
|  **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** | **-** | **-** |  **Provisões a Curto Prazo** | **2.876.830.086,52** | **3.409.035.156,74** |
|  **Estoques** | **1.924.180,40** | **2.071.410,00** |  **Demais Obrigações a Curto Prazo** | **186.302.627,61** | **650.291.304,46** |
| **ATIVO NÃO CIRCULANTE** | **811.215.396,89** | **1.353.301.362,42** | **PASSIVO NÃO CIRCULANTE** | **63.407.834,40** | **63.407.834,40** |
|  **Ativo Realizável a Longo Prazo** | **320.864.404,93** | **645.427.818,84** |  **Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo** | **63.289.396,15** | **63.289.396,15** |
|  Créditos a Longo Prazo | 320.864.404,93 | 645.427.818,84 |  **Provisões a Longo Prazo** | **118.438,25** | **118.438,25** |
|  Demais Créditos e Valores | 322.914.187,54 | 645.427.818,84 | **TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL** | **4.108.471.727,12** | **5.077.658.445,40** |
|  (-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo | -2.049.782,61 |   | PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|  **Investimentos** | **-** | **132.275.040,75** | ESPECIFICAÇÃO | 2021 | 2020 |
|  Participações Permanentes | - | 132.275.040,75 | **Resultados Acumulados** | **94.105.809.732,26** | **122.303.148.294,17** |
|  Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial |   | 132.275.040,75 |  Resultado do Exercício | -28.050.967.833,38 | 64.223.651.986,45 |
|  **Imobilizado** | **443.671.273,38** | **495.646.018,12** |  Resultados de Exercícios Anteriores | 122.303.148.294,17 | 57.999.176.418,98 |
|  Bens Móveis | 174.102.955,20 | 170.703.824,66 |  Ajustes de Exercícios Anteriores | -146.370.728,53 | 80.319.888,74 |
|  Bens Móveis | 247.298.029,27 | 236.886.735,09 | **TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **94.105.809.732,26** | **122.303.148.294,17** |
|  (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis | -73.195.074,07 | -66.182.910,43 |   |   |   |
|  Bens Imóveis | 269.568.318,18 | 324.942.193,46 |
|  Bens Imóveis | 270.222.035,67 | 325.585.283,62 |
|  (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis | -653.717,49 | -643.090,16 |
|  **Intangível** | **46.679.718,58** | **79.952.484,71** |
|  Softwares | 46.679.718,58 | 79.938.430,72 |
|  Softwares | 46.679.718,58 | 79.938.430,72 |
|  Marcas, Direitos e Patentes Industriais | - | 14.053,99 |
|  Marcas, Direitos e Patentes Industriais | - | 14.053,99 |
| **TOTAL DO ATIVO** | **98.214.281.459,38** | **127.380.806.739,57** | **TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **98.214.281.459,38** | **127.380.806.739,57** |

**FONTE: SIAFI**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVO | PASSIVO |
| ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** | ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** |
| **ATIVO FINANCEIRO** | **768.471.140,54** | **4.434.936.071,01** | **PASSIVO FINANCEIRO** | **20.667.595.977,07** | **5.365.700.272,57** |
| **ATIVO PERMANENTE** | **97.445.810.318,84** | **122.945.870.668,56** | **PASSIVO PERMANENTE** | **3.756.114.792,55** | **4.508.935.528,83** |
|   |   |   | **SALDO PATRIMONIAL** | **73.790.570.689,76** | **117.506.170.938,17** |

**Fonte: SIAFI****QUADRO DE COMPENSAÇÕES**

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVO | PASSIVO |
| ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** | ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** |
| ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos | ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos |
| **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS** | **148.501.468,43** | **141.173.735,41** | **SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS** | **37.531.452.678,43** | **71.755.248.688,56** |
|  Atos Potenciais Ativos | 148.501.468,43 | 141.173.735,41 |  Atos Potenciais Passivos | 37.531.452.678,43 | 71.755.248.688,56 |
|  Garantias e Contragarantias Recebidas | 53.659.512,52 | 45.496.929,52 |  Garantias e Contragarantias Concedidas | - | - |
|  Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres | 93.753.243,76 | 94.588.093,74 |  Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres | 36.251.263.921,61 | 70.245.596.051,36 |
|  Direitos Contratuais | 1.088.712,15 | 1.088.712,15 |  Obrigações Contratuais | 1.280.188.756,82 | 1.509.652.637,20 |
| **TOTAL** | **148.501.468,43** | **141.173.735,41** | **TOTAL** | **37.531.452.678,43** | **71.755.248.688,56** |

**Fonte: SIAFI****DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL**

|  |  |
| --- | --- |
| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO |
| **Recursos Ordinários** | **-1.847.820.657,73** |
| **Recursos Vinculados** | **-18.051.304.178,80** |
|  Seguridade Social (Exceto Previdência) | -489.381.735,79 |
|  Dívida Pública | -17.289.077.783,12 |
|  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | -272.844.659,89 |
| **TOTAL** | **-19.899.124.836,53** |

**Fonte: SIAFI** |

**BALANÇO FINANCEIRO**

|  |  |
| --- | --- |
| INGRESSOS | DISPÊNDIOS |
| ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** | ESPECIFICAÇÃO | **2021** | **2020** |
| **Receitas Orçamentárias** | **1.272.595.631,77** | **261.737.977,39** | **Despesas Orçamentárias** | **56.027.148.960,35** | **158.374.044.305,94** |
|  **Ordinárias** | **1.010.743.837,83** | **-** |  **Ordinárias** | **953.101.430,23** | **128.344.082.132,85** |
|  **Vinculadas** | **263.456.769,01** | **266.006.137,93** |  **Vinculadas** | **55.074.047.530,12** | **30.029.962.173,09** |
|  Seguridade Social (Exceto Previdência) | 10.089.055,07 | 4.119.305,18 |  Seguridade Social (Exceto Previdência) | 12.372.104.380,82 | 23.196.329.196,66 |
|  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 253.367.713,94 | 261.886.832,75 |  Previdência Social (RPPS) | - | 22.763.201,00 |
|   |   |   |  Dívida Pública | 42.610.576.753,40 | 6.663.367.958,07 |
|  **(-) Deduções da Receita Orçamentária** | **-1.604.975,07** | **-4.268.160,54** |  Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas | 91.366.395,90 | 147.501.817,36 |
| **Transferências Financeiras Recebidas** | **149.376.869.280,43** | **330.834.351.963,45** | **Transferências Financeiras Concedidas** | **116.917.090.566,76** | **197.382.685.994,69** |
|  Resultantes da Execução Orçamentária | 146.693.515.596,82 | 328.169.845.504,50 |  Resultantes da Execução Orçamentária | 110.463.405.310,66 | 195.681.089.446,49 |
|  Cota Recebida | 73.048.716.298,77 | 163.940.705.511,72 |  Repasse Concedido | 67.500.215.518,62 | 65.017.699.671,00 |
|  Repasse Recebido | 34.246.806.420,42 | 33.641.383.756,98 |  Sub-repasse Concedido | 39.392.580.415,75 | 130.587.352.008,94 |
|  Sub-repasse Recebido | 39.392.580.415,75 | 130.587.352.008,94 |  Cota Devolvida | 3.565.196.914,41 | 75.700.924,58 |
|  Repasse Devolvido |   | 67.384,89 |  Sub-repasse Devolvido | 5.412.461,88 | 336.841,97 |
|  Sub-repasse Devolvido | 5.412.461,88 | 336.841,97 |  Independentes da Execução Orçamentária | 6.453.685.256,10 | 1.701.596.548,20 |
|  Independentes da Execução Orçamentária | 2.683.353.683,61 | 2.664.506.458,95 |  Transferências Concedidas para Pagamento de RP | 2.188.260.710,32 | 1.579.936.190,91 |
|  Transferências Recebidas para Pagamento de RP | 2.660.276.165,52 | 2.479.521.228,97 |  Demais Transferências Concedidas | 1.718.464,31 | 2.512.593,55 |
|  Demais Transferências Recebidas | 4.941.466,04 | 155.119.821,19 |  Movimento de Saldos Patrimoniais | 4.263.706.081,47 | 114.999.180,40 |
|  Movimentação de Saldos Patrimoniais | 18.136.052,05 | 29.865.408,79 |  Movimentações para Incorporação de Saldos |   | 4.148.583,34 |
| **Recebimentos Extraorçamentários** | **19.981.700.785,93** | **26.048.523.091,18** | **Pagamentos Extraorçamentários** | **1.353.391.101,49** | **1.067.933.108,34** |
|  Inscrição dos Restos a Pagar Processados | 11.533.310,39 | 176.636.150,68 |  Pagamento dos Restos a Pagar Processados | 51.702.094,80 | 204.054.408,82 |
|  Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados | 16.878.490.764,25 | 25.858.370.196,46 |  Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados | 1.299.976.702,60 | 743.354.885,84 |
|  Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 96.790.428,62 | 6.323.278,75 |  Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados | 1.604.915,48 | 1.198.433,37 |
|  Outros Recebimentos Extraorçamentários | 2.994.886.282,67 | 7.193.465,29 |  Outros Pagamentos Extraorçamentários | 107.388,61 | 119.325.380,31 |
|  Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento |   | 100,00 |  Transferência de Arrecadação para Outra Unidade |   | 119.325.380,31 |
|  Arrecadação de Outra Unidade | 2.994.886.282,67 |   |  Demais Pagamentos | 107.388,61 |   |
|  Valores para Compensação |   | 2.988,87 |   |   |   |
|  Demais Recebimentos |   | 7.190.376,42 |   |   |   |
| **Saldo do Exercício Anterior** | **4.434.936.071,01** | **439.860.484,85** | **Saldo para o Exercício Seguinte** | **768.471.140,54** | **759.810.107,90** |
|  Caixa e Equivalentes de Caixa | 4.434.936.071,01 | 439.860.484,85 |  Caixa e Equivalentes de Caixa | 768.471.140,54 | 759.810.107,90 |
| **TOTAL** | **175.066.101.769,14** | **357.584.473.516,87** | **TOTAL** | **175.066.101.769,14** | **357.584.473.516,87** |

**Fonte: SIAFI**

**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

|  |
| --- |
| RECEITA |
| RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS | PREVISÃO INICIAL | PREVISÃO ATUALIZADA | RECEITAS REALIZADAS | SALDO |
| **RECEITAS CORRENTES** | **540.327.216,00** | **540.327.216,00** | **1.272.595.631,77** | **732.268.415,77** |
|  **Receitas de Contribuições** | **-** | **-** | **5.823,34** | **5.823,34** |
|  Contribuições Sociais | - | - | 5.823,34 | 5.823,34 |
|  **Receita Patrimonial** | **432.735.358,00** | **432.735.358,00** | **289.292.345,88** | **-143.443.012,12** |
|  Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | 9.154,00 | 9.154,00 | - | -9.154,00 |
|  Valores Mobiliários | 56.787.446,00 | 56.787.446,00 | 60.104.961,46 | 3.317.515,46 |
|  Demais Receitas Patrimoniais | 375.938.758,00 | 375.938.758,00 | 229.187.384,42 | -146.751.373,58 |
|  **Transferências Correntes** | **13.886,00** | **13.886,00** | **14.167,62** | **281,62** |
|  **Outras Receitas Correntes** | **107.577.972,00** | **107.577.972,00** | **983.283.294,93** | **875.705.322,93** |
|  Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | - | - | 983.283.294,93 | 983.283.294,93 |
|  Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público | 107.577.972,00 | 107.577.972,00 | - | -107.577.972,00 |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **1.066.489.855,00** | **1.066.489.855,00** | **-** | **-1.066.489.855,00** |
|  **Operações de Crédito** | **1.066.489.855,00** | **1.066.489.855,00** | **-** | **-1.066.489.855,00** |
|  Operações de Crédito Internas | 1.066.489.855,00 | 1.066.489.855,00 | - | -1.066.489.855,00 |
| **SUBTOTAL DE RECEITAS** | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **1.272.595.631,77** | **-334.221.439,23** |
| **REFINANCIAMENTO** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **1.272.595.631,77** | **-334.221.439,23** |
| **DEFICIT** |   |   | **54.754.553.328,58** | **54.754.553.328,58** |
| **TOTAL** | **1.606.817.071,00** | **1.606.817.071,00** | **56.027.148.960,35** | **54.420.331.889,35** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO** | **-** | **598.819.060,00** | **598.819.060,00** | **-** |
| **CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO** | **-** | **43.543.085.799,00** | **43.543.085.799,00** | **-** |

**Fonte: SIAFI**

|  |
| --- |
| DESPESA |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO ATUALIZADA | DESPESAS EMPENHADAS | DESPESAS LIQUIDADAS | DESPESAS PAGAS | SALDO DA DOTAÇÃO |
| **DESPESAS CORRENTES** | **104.932.783.498,00** | **149.051.116.283,00** | **56.022.839.460,35** | **39.148.658.196,10** | **39.137.124.885,71** | **93.028.276.822,65** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** | **237.767.268,00** | **243.403.540,00** | **146.250.302,76** | **71.168.075,17** | **60.731.259,00** | **97.153.237,24** |
|  **Outras Despesas Correntes** | **104.695.016.230,00** | **148.807.712.743,00** | **55.876.589.157,59** | **39.077.490.120,93** | **39.076.393.626,71** | **92.931.123.585,41** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **842.350.863,00** | **839.850.863,00** | **4.309.500,00** | **-** | **-** | **835.541.363,00** |
|  **Investimentos** | **842.350.863,00** | **839.850.863,00** | **4.309.500,00** | **-** | **-** | **835.541.363,00** |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **83.727.416,00** | **83.727.416,00** | **-** | **-** | **-** | **83.727.416,00** |
| **SUBTOTAL DAS DESPESAS** | **105.858.861.777,00** | **149.974.694.562,00** | **56.027.148.960,35** | **39.148.658.196,10** | **39.137.124.885,71** | **93.947.545.601,65** |
| **AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO** | **105.858.861.777,00** | **149.974.694.562,00** | **56.027.148.960,35** | **39.148.658.196,10** | **39.137.124.885,71** | **93.947.545.601,65** |
| **TOTAL** | **105.858.861.777,00** | **149.974.694.562,00** | **56.027.148.960,35** | **39.148.658.196,10** | **39.137.124.885,71** | **93.947.545.601,65** |

**Fonte: SIAFI**

|  |
| --- |
| ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | LIQUIDADOS | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
| **DESPESAS CORRENTES** | **313.712.526,14** | **3.048.084.282,63** | **1.195.884.291,79** | **1.185.296.782,40** | **20.999.181,36** | **2.155.500.845,01** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** | **4.848.187,86** | **1.758.577,37** | **807.828,02** | **807.828,02** | **-** | **5.798.937,21** |
|  **Outras Despesas Correntes** | **308.864.338,28** | **3.046.325.705,26** | **1.195.076.463,77** | **1.184.488.954,38** | **20.999.181,36** | **2.149.701.907,80** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **899.769.489,24** | **535.516.001,12** | **115.902.717,32** | **114.679.920,20** | **27.486.854,32** | **1.293.118.715,84** |
|  **Investimentos** | **899.769.489,24** | **535.516.001,12** | **115.902.717,32** | **114.679.920,20** | **27.486.854,32** | **1.293.118.715,84** |
| **TOTAL** | **1.213.482.015,38** | **3.583.600.283,75** | **1.311.787.009,11** | **1.299.976.702,60** | **48.486.035,68** | **3.448.619.560,85** |

**Fonte: SIAFI**

|  |
| --- |
| ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES | INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR | PAGOS | CANCELADOS | SALDO |
| **DESPESAS CORRENTES** | **6.229.928,36** | **23.909.366,55** | **22.097.864,19** | **50.235,63** | **7.991.195,09** |
|  **Pessoal e Encargos Sociais** | **130.112,73** | **8.609.201,02** | **8.609.201,02** | **-** | **130.112,73** |
|  **Outras Despesas Correntes** | **6.099.815,63** | **15.300.165,53** | **13.488.663,17** | **50.235,63** | **7.861.082,36** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **505.270.995,17** | **32.112.817,85** | **29.604.230,61** | **283.097.073,37** | **224.682.509,04** |
|  **Investimentos** | **505.270.995,17** | **32.112.817,85** | **29.604.230,61** | **283.097.073,37** | **224.682.509,04** |
| **TOTAL** | **511.500.923,53** | **56.022.184,40** | **51.702.094,80** | **283.147.309,00** | **232.673.704,13** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

|  |
| --- |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS |
|   | **2021** | **2020** |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS** | **189.027.793.334,01** | **364.131.136.468,33** |
|  **Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos** | **-** | **18.151,30** |
|  Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços | - | 18.151,30 |
|  **Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras** | **59.655.463,89** | **228.489.681,27** |
|  Juros e Encargos de Mora | 1.901.841,53 | 172.506.280,86 |
|  Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras | 57.731.311,93 | 55.953.109,04 |
|  Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras | 22.310,43 | 30.291,37 |
|  **Transferências e Delegações Recebidas** | **149.690.249.961,85** | **331.225.472.824,62** |
|  Transferências Intragovernamentais | 149.690.235.794,23 | 331.225.376.173,80 |
|  Transferências do Exterior | - | 89.510,40 |
|  Outras Transferências e Delegações Recebidas | 14.167,62 | 7.140,42 |
|  **Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos** | **35.001.841.384,78** | **32.280.373.027,49** |
|  Ganhos com Incorporação de Ativos | 33.948.306.159,14 | 31.581.988.799,86 |
|  Ganhos com Desincorporação de Passivos | 1.053.535.225,64 | 698.384.227,63 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas** | **4.276.046.523,49** | **396.782.783,65** |
|  Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas | 75,28 | - |
|  Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas | 4.276.046.448,21 | 396.782.783,65 |
| **VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS** | **217.078.761.167,39** | **331.460.217.763,79** |
|  **Pessoal e Encargos** | **115.435.848,11** | **161.979.809,72** |
|  Remuneração a Pessoal | 57.058.206,06 | 86.257.846,18 |
|  Encargos Patronais | 8.566.805,66 | 13.001.259,01 |
|  Benefícios a Pessoal | 4.097.911,90 | 7.470.680,01 |
|  Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos | 45.712.924,49 | 55.250.024,52 |
|  **Benefícios Previdenciários e Assistenciais** | **38.542.001.200,25** | **129.324.080.188,63** |
|  Aposentadorias e Reformas | 5.794.363,01 | 17.470.819,66 |
|  Pensões | 390.080,26 | 4.442.130,38 |
|  Benefícios Eventuais | 27.044.680.465,37 | 121.455.736.208,81 |
|  Políticas Públicas de Transferência de Renda | 11.488.317.784,94 | 7.843.830.173,47 |
|  Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais | 2.818.506,67 | 2.600.856,31 |
|  **Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo** | **880.732.715,30** | **601.567.739,28** |
|  Uso de Material de Consumo | 4.667.062,74 | 282.596,64 |
|  Serviços | 868.952.375,71 | 596.491.973,50 |
|  Depreciação, Amortização e Exaustão | 7.113.276,85 | 4.793.169,14 |
|  **Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras** | **2.061,97** | **8.493,62** |
|  Juros e Encargos de Mora | 743,97 | 1.000,44 |
|  Descontos Financeiros Concedidos | 1.318,00 | 7.493,18 |
|  **Transferências e Delegações Concedidas** | **118.135.853.538,88** | **200.774.653.433,22** |
|  Transferências Intragovernamentais | 117.230.478.504,19 | 197.738.252.673,61 |
|  Transferências Intergovernamentais | 900.696.598,91 | 3.006.048.076,91 |
|  Transferências ao Exterior | 2.457.372,23 | 73.999,99 |
|  Outras Transferências e Delegações Concedidas | 2.221.063,55 | 30.278.682,71 |
|  **Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos** | **59.404.407.934,53** | **589.614.606,69** |
|  Perdas Involuntárias | 66.754,44 | - |
|  Incorporação de Passivos | 196,58 | 19.257.687,74 |
|  Desincorporação de Ativos | 59.404.340.983,51 | 570.356.918,95 |
|  **Tributárias** | **123.305,75** | **209.190,64** |
|  Contribuições | 123.305,75 | 209.190,64 |
|  **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** | **204.562,60** | **8.104.301,99** |
|  Premiações | - | 600.000,00 |
|  Incentivos | 4.200,00 | 156.827,30 |
|  Constituição de Provisões | 199.148,00 | 7.313.698,63 |
|  Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas | 1.214,60 | 33.776,06 |
| **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO** | **-28.050.967.833,38** | **32.670.918.704,54** |

**Fonte: SIAFI**

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2021** | **2020** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** | **-3.647.380.924,02** | **370.301.576,63** |
|  **INGRESSOS** | **153.741.141.623,49** | **331.109.606.584,88** |
|  **Receita de Contribuições** | **5.823,34** | **239,57** |
|  **Receita Patrimonial** | **229.187.384,42** | **197.559.200,43** |
|  **Remuneração das Disponibilidades** | **60.104.961,46** | **59.978.148,74** |
|  **Outras Receitas Derivadas e Originárias** | **983.283.294,93** | **4.103.737,83** |
|  **Transferências Recebidas** | **14.167,62** | **96.650,82** |
|  Outras Transferências Recebidas | 14.167,62 | 96.650,82 |
|  **Outros Ingressos Operacionais** | **152.468.545.991,72** | **330.847.868.607,49** |
|  Ingressos Extraorçamentários | 96.790.428,62 | 6.323.278,75 |
|  Transferências Financeiras Recebidas | 149.376.869.280,43 | 330.834.351.963,45 |
|  Arrecadação de Outra Unidade | 2.994.886.282,67 |   |
|  Valores para Compensação |   | 2.988,87 |
|  Demais Recebimentos |   | 7.190.376,42 |
|  **DESEMBOLSOS** | **-157.388.522.547,51** | **-330.739.305.008,25** |
|  **Pessoal e Demais Despesas** | **-39.503.864.275,04** | **-130.120.501.873,80** |
|  Administração | -169.062.370,96 | -209.662.367,84 |
|  Assistência Social | -39.002.386.626,46 | -129.538.650.417,02 |
|  Previdência Social | -3.084.443,03 | -19.554.753,11 |
|  Cultura | - | -5.216.797,11 |
|  Direitos da Cidadania | -65.591.697,63 | -67.012.058,87 |
|  Agricultura | - | -622,41 |
|  Desporto e Lazer | -47.302.837,83 | -65.890.703,55 |
|  Encargos Especiais | -216.436.299,13 | -214.514.253,89 |
|  (+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento | - | 100,00 |
|  **Transferências Concedidas** | **-965.855.401,62** | **-3.115.593.326,08** |
|  Intergovernamentais | -906.165.541,09 | -3.065.077.125,62 |
|  A Estados e/ou Distrito Federal | -39.468.207,01 | -119.928.346,85 |
|  A Municípios | -866.697.334,08 | -2.945.148.778,77 |
|  Intragovernamentais | -8.411.571,22 | -13.045.607,95 |
|  Outras Transferências Concedidas | -51.278.289,31 | -37.470.592,51 |
|  **Outros Desembolsos Operacionais** | **-116.918.802.870,85** | **-197.503.209.808,37** |
|  Dispêndios Extraorçamentários | -1.604.915,48 | -1.198.433,37 |
|  Transferências Financeiras Concedidas | -116.917.090.566,76 | -197.382.685.994,69 |
|  Transferência de Arrecadação para Outra Unidade |   | -119.325.380,31 |
|  Demais Pagamentos | -107.388,61 |   |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** | **-19.084.006,45** | **-50.351.953,58** |
|  **INGRESSOS** | **-** | **-** |
|  **DESEMBOLSOS** | **-19.084.006,45** | **-50.351.953,58** |
|  **Aquisição de Ativo Não Circulante** | **-11.633.868,00** | **-22.091.595,56** |
|  **Outros Desembolsos de Investimentos** | **-7.450.138,45** | **-28.260.358,02** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** | **-** | **-** |
|  **INGRESSOS** | **-** | **-** |
|  **DESEMBOLSOS** | **-** | **-** |
| **GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | **-3.666.464.930,47** | **319.949.623,05** |
| **CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL** | **4.434.936.071,01** | **439.860.484,85** |
| **CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL** | **768.471.140,54** | **759.810.107,90** |

**Fonte: SIAFI**

**III - Notas Explicativas**

1. **Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

Os Demonstrativos Contábeis do Ministério da Cidadania (órgão 55000) foram elaborados a partir do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001, da Lei Complementar nº 101/2000, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e do Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional (MF/STN).

1. **Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito deste Ministério.

* 1. **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

* 1. **Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo.

* 1. **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável bem como ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

* 1. **Demais Créditos e Valores a Curto Prazos**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos concedidos; (ii) tributos a recuperar/compensar; (iii) depósitos restituíveis e valores vinculados; (iv) outros créditos a receber; (v) ajuste p/ perdas e (vi) demais créditos. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original.

* 1. **Estoques**

Os estoques são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas pelo custo médio ponderado, conforme art. 106 da Lei nº 4.320/64.

* 1. **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos e (v) investimentos temporários. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

* 1. **Investimentos**

São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

* 1. **Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Após a aquisição somente são incorporados valores que acrescentem na vida útil do bem e/ou sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

* 1. **Intangível**

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, neste Ministério são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quanto tiverem vida útil definida).

* 1. **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes e é utilizada a tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade/SUCON/STN/MF, constante no Manual SIAFI, Assunto 020330 Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

* 1. **Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

* 1. **Provisões**

As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimação confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

* 1. **Ativos e passivos contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

* 1. **Apuração do resultado**

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

1. Patrimonial;
2. Orçamentário; e
3. Financeiro.
	* 1. **Resultado patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

* + 1. **Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

* + 1. **Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

1. **Composição no SIAFI do Ministério da Cidadania:**

Atualmente o Ministério da Cidadania está composto pelas seguintes unidades:

180001 SECRETARIA EXECUTIVA/ME

180002 DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA

180006 CEF/MINISTERIO DO ESPORTE

180007 SECRETARIA NACIONAL DO ESPORTE EDUCACIONAL

180009 SECRET. NACIONAL DE ESPORTE ALTO RENDIMENTO

180016 AUTORIDADE BRASILEIRA DE CONTROLE DE DOPAGEM

180060 DEPARTAMENTO DE GESTAO ESTRATÉGICA

180073 SEC. NAC. ESP., EDUCACAO, LAZER E INC. SOCIAL

180074 SE NAC. DE FUTEBOL E DEFESA DIR. TORCEDOR

180075 DEPARTAMENTO DE GESTAO INTERNA

180076 DEPTO DE INCENTIVO E FOMENTO AO ESPORTE

180080 AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

180081 DGI CAIXA

330013 FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

400076 EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – SEISP

550002 SETORIAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/MC

550003 SECRETARIA EXECUTIVA - DCT

550004 SETORIAL DE CONTABILIDADE/MC

550005 COORDENACAO GERAL DE LICITACOES E CONTRATOS.

550006 COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS/MC

550007 SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA

550008 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SEISP

550009 SECR. NAC. DE CUIDADOS E PREV. AS DROGAS

550010 SECRETARIA DE AVALIACAO E GESTAO DA INFORM.

550011 SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

550013 PROJETO DE OPERACIONALIZ. DOS PROGRAMAS SESAN

550015 PROJETO DE OPERACION. DOS PROGRAMAS DA SNAS

550018 DEPTO DE INCLUSÃO PRODUTIVA URBANA - SEISP

550019 II PROJETO DE APOIO AO PBF E CNDS - DOLAR

550020 PROJ. DE OPERAC. DOS PROGRAMAS SESAN/BNB

550023 SEC. NACIONAL DE ATENÇÃO À PRIMEIRA INFANCIA

550025 SAA/SE/MC - CONDOMINIO BLOCO A

550026 ESCRITORIO DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLIMPICO

550027 SECRETARIA EXECUTIVA

1. **Auxílio Emergencial**

Até 31/12/2020 mais de R$ 294 bilhões foram gastos com o Auxílio Emergencial e R$ 1.946.363.259,60 foram inscritos em restos a pagar para pagamento até 31/12/2021. Até a presente data foram pagos R$ 35.514.344.771,63 de auxílio emergencial em 2021.

1. **Novo Bolsa Família**

Foi encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei que altera a LDO/2021 no intuito de flexibilizar as leis do Orçamento para permitir a criação de um novo programa social em substituição ao Bolsa Família com expectativa de início de pagamento em novembro de 2021. Entretanto esse projeto ainda não foi aprovado.

1. **Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

1. **Caixa e equivalentes de caixa**

No Ministério da Cidadania a Conta Caixa e Equivalentes de Caixa é composta pelas contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento e Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento.

A 1ª registra o valor do limite de saque da conta única do ente federativo, estabelecido pelo órgão central de programação financeira, para atender a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social.

A 2ª registra os valores que estão aguardando assinatura das Ordens de Pagamento pelo Ordenador de Despesa e Gestor Financeiro para a geração da Ordem Bancária.

1. **Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo**

                         Compreende a composição dos valores a receber por diversas transações realizáveis no curto prazo e no longo prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, podendo ser ajustado na ocasião de perdas estimadas.

As contas 113110101 – 13º Salário – Adiantamento e 113110102 – Adiantamento de Férias tiveram seus saldos baixados na UG 180080 em virtude de essa unidade gestora não ser mais utilizada para pagamento de pessoal, nos termos das Macrofunções STN 021142 - Folha de Pagamento e 020318 - Encerramento do Exercício.

Há ainda um montante de R$ 7.243.820,17 a receber por cessão de servidor à época do extinto Ministério do Esporte. Esse valor já foi questionado a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas por meio do processo 71000.004162/2021-06.

Dentre as contas que compõem o saldo de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, a que causa maior impacto em relação ao grupo de contas é a de 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED, que contabiliza os créditos ocasionados pelos repasses realizados a outras entidades e permanecem até que haja comprovação por meio de prestação de contas do órgão recebedor. No caso do Ministério da Cidadania, mais de 98% do saldo constante no grupo de contas desta conta se refere à UG 330013 do Fundo Nacional de Assistência Social e parte do montante está aguardando prestação de contas por parte do INSS para que seja feita a comprovação conforme tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **TED**  | **FAVORECIDO** | **VALOR** | **VIGÊNCIA** |
| 1AADWW | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 33.375.426.502,13 | 31/12/2021 |
| 699524 | 510002/57202 - INSS/DC SETORIAL ORCAMENTARIA | R$ 61.443.296.356,09 | 31/12/2020 |
| **TOTAL** | **R$ 94.818.878.343,19** |  |

Segue abaixo detalhamento quanto à natureza do TED 699524 que se encontra vencido.

1. *Descrição do objeto dos TED:*

TED 699524 (2020): Descentralizar créditos orçamentários e repassar recursos financeiros do Ministério da Cidadania - MC para o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por meio do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS, visando o cumprimento das competências relativas à operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e da Renda Mensal Vitalícia - RMV no que se refere ao pagamento de benefícios e despesas operacionais referentes ao requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC em 2020, considerando as metas físicas e o plano de aplicação de recursos dispostos neste Termo.

1. *Cláusulas significativas do contrato, que possam afetar seu montante, prazo, e a segurança acerca dos fluxos de caixa futuros:*

No contrato firmado, a cláusula "5. Previsão Orçamentária (Detalhamento Orçamentário com previsão de desembolso)", traz apenas uma previsão dos valores podendo haver alterações do montante final visando a conclusão e o alcance do objeto.

1. *A natureza e extensão (por exemplo, quantidade, prazos ou valores):*

**

**

v

1. *Informação sobre a natureza da conta “TED a comprovar:*

Ativo onde são registrados os valores relativos a adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências formalizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, que ainda tiveram suas prestações de contas aprovadas.

Segue abaixo levantamento com o montante nas demais unidade gestora de TEDs constantes na conta 11382.38.00 - Adiantamento de Termo de Descentralização Externa – TED cujas vigências já se encontram expiradas:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UG Executora** | **Transferência** | **Transferência - Convenente** | **Transferência - Dia Final Vigência** | **'= ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA** |
| **180002** | **674419** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **18/04/2014** | **7.464.227,73**  |
| **180002** | **675555** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **29/08/2015** | **1.122.930,00**  |
| **180002** | **676396** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2013** | **63.800,00**  |
| **180002** | **676499** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2013** | **12.850,00**  |
| **180002** | **677955** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **21/03/2014** | **8.000,00**  |
| **180002** | **678476** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **15.000,00**  |
| **180002** | **678501** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **3.496,24**  |
| **180002** | **678785** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **9.262,26**  |
| **180002** | **689370** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **13/06/2017** | **9.483,00**  |
| **180002** | **689765** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **30/07/2017** | **3.888,11**  |
| **180002** | **690620** | **240263** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS** | **30/09/2017** | **7.111,43**  |
| **180009** | **673211** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/06/2014** | **5.198.935,09**  |
| **180009** | **673222** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/06/2013** | **160.949,56**  |
| **180009** | **673229** | **153045** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA** | **07/06/2013** | **3.096.659,41**  |
| **180009** | **673324** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **21/11/2013** | **67.500,00**  |
| **180009** | **674836** | **158137** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG** | **16/05/2014** | **115.175,16**  |
| **180009** | **675108** | **153036** | **UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI** | **05/12/2013** | **2.964.765,98**  |
| **180009** | **675309** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **07/08/2014** | **903.323,51**  |
| **180009** | **675322** | **153114** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** | **31/12/2017** | **11.208.216,45**  |
| **180009** | **675740** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **11/07/2014** | **970.039,39**  |
| **180009** | **675771** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **16/09/2015** | **12.579.190,81**  |
| **180009** | **676118** | **153045** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA** | **01/07/2015** | **2.013.819,36**  |
| **180009** | **676138** | **154048** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI** | **31/05/2015** | **8.807.430,52**  |
| **180009** | **677063** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **05/03/2015** | **124.482,00**  |
| **180009** | **677291** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **12/07/2014** | **2.555.980,72**  |
| **180009** | **677347** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **30/06/2014** | **13.544.817,19**  |
| **180009** | **685276** | **733100** | **CENTRO DE AVALIACAO DA ILHA DA MARAMBAIA** | **03/03/2017** | **7.848.000,00**  |
| **180009** | **685278** | **732100** | **CENTRO DE INSTRUCAO ALTE. SYLVIO DE CAMARGO** | **03/03/2017** | **2.492.500,00**  |
| **180009** | **685673** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/08/2016** | **180.737,48**  |
| **180009** | **685830** | **160315** | **CENTRO DE CAP.FISIC.DO EXERCIT. FORT.SAO JOAO** | **01/01/2017** | **12.426.893,10**  |
| **180009** | **685934** | **120623** | **BASE AEREA DOS AFONSOS** | **31/12/2016** | **9.644.234,12**  |
| **180009** | **686026** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **24/03/2017** | **3.000.000,00**  |
| **180009** | **687016** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/09/2016** | **7.909.800,24**  |
| **180009** | **687017** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/09/2016** | **519.804,00**  |
| **180009** | **688349** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **30/07/2019** | **4.907.757,37**  |
| **180009** | **691196** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **14/12/2019** | **4.020.195,75**  |
| **180009** | **692334** | **120623** | **BASE AEREA DOS AFONSOS** | **28/02/2019** | **3.072.871,36**  |
| **180009** | **694193** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **30/06/2021** | **6.566.497,43**  |
| **180009** | **695024** | **153045** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA** | **30/10/2019** | **1.026.043,80**  |
| **180009** | **696246** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **28/11/2019** | **3.951.611,04**  |
| **180009** | **696362** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **31/03/2021** | **1.760.662,51**  |
| **180009** | **696364** | **732400** | **CENTRO DE EDUCACAO FISICA ALTE ADALBE. NUNES** | **31/12/2019** | **2.381.429,34**  |
| **180009** | **696366** | **120623** | **BASE AEREA DOS AFONSOS** | **31/12/2019** | **2.357.203,47**  |
| **180009** | **696424** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **452.837,87**  |
| **180009** | **696428** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **05/12/2019** | **1.914.327,20**  |
| **180009** | **696462** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/12/2020** | **2.084.518,15**  |
| **180009** | **696779** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **1.420.750,00**  |
| **180009** | **699209** | **732400** | **CENTRO DE EDUCACAO FISICA ALTE ADALBE. NUNES** | **28/02/2021** | **2.996.362,05**  |
| **180009** | **699212** | **120002** | **DIRETORIA DE ECON E FINANCAS DA AERONAUTICA** | **27/03/2021** | **1.936.965,65**  |
| **180016** | **699844** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **30/03/2021** | **3.991.542,50**  |
| **180073** | **1AABBT** | **158122** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE MINAS GERAIS** | **02/12/2013** | **19.900,00**  |
| **180073** | **673201** | **153166** | **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO** | **07/02/2014** | **158.700,00**  |
| **180073** | **674789** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **28/05/2014** | **206.421,84**  |
| **180073** | **674814** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **07/08/2013** | **797.951,70**  |
| **180073** | **674932** | **153114** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** | **31/12/2017** | **38.155.845,40**  |
| **180073** | **675811** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **19/12/2014** | **3.166.324,35**  |
| **180073** | **675824** | **153062** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS** | **31/12/2015** | **116.000,00**  |
| **180073** | **676117** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **30/04/2014** | **1.800.000,00**  |
| **180073** | **678708** | **153080** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** | **31/12/2014** | **496.338,00**  |
| **180073** | **678934** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **31/12/2014** | **103.820,75**  |
| **180073** | **679685** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **451.901,24**  |
| **180073** | **679781** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **31/12/2020** | **15.326.185,82**  |
| **180073** | **680072** | **153164** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA** | **31/12/2016** | **214.800,00**  |
| **180073** | **680886** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **30/06/2017** | **13.955.251,47**  |
| **180073** | **681100** | **158442** | **INST. FED. BAIANO - CAMPUS GUANAMBI** | **24/09/2015** | **7.960,00**  |
| **180073** | **681517** | **185001** | **INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EM EXTINCAO** | **02/04/2015** | **2.515.916,00**  |
| **180073** | **682007** | **762400** | **ESCOLA NAVAL** | **31/08/2016** | **4.634.131,08**  |
| **180073** | **682703** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **30/03/2015** | **1.000.000,00**  |
| **180073** | **683642** | **110407** | **DEPARTAMENTO DE PLANEJ, ORC E FINANCAS (MD)** | **22/02/2016** | **241.645,00**  |
| **180073** | **684193** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/08/2016** | **428.813,96**  |
| **180073** | **684356** | **154048** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUI** | **03/02/2016** | **65.766,67**  |
| **180073** | **685198** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **30/11/2016** | **572.000,00**  |
| **180073** | **685274** | **731000** | **COMANDO DO MATERIAL DE FUZILEIROS NAVAIS** | **30/03/2017** | **1.530.000,00**  |
| **180073** | **685396** | **154044** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE** | **30/09/2020** | **308.270,49**  |
| **180073** | **685407** | **154055** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA** | **31/12/2020** | **153.825,00**  |
| **180073** | **685417** | **154215** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA** | **31/12/2020** | **77.743,78**  |
| **180073** | **685445** | **153038** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA** | **31/12/2020** | **582.662,32**  |
| **180073** | **685497** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **270.228,84**  |
| **180073** | **685537** | **154039** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** | **30/06/2021** | **93.100,00**  |
| **180073** | **685538** | **153103** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE** | **12/01/2020** | **646.232,23**  |
| **180073** | **686065** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/12/2020** | **300.458,15**  |
| **180073** | **686555** | **154050** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE** | **20/12/2019** | **746.581,99**  |
| **180073** | **686556** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **07/11/2019** | **161.626,58**  |
| **180073** | **686563** | **154054** | **FUNDACAO UNIVERS.FED. DE MATO GROSSO DO SUL** | **28/04/2021** | **16.177,91**  |
| **180073** | **686573** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **22/02/2019** | **370.360,00**  |
| **180073** | **686574** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **16/05/2021** | **965.910,34**  |
| **180073** | **686581** | **154421** | **FUND. UNIVERSIDADE FEDERAL VALE SAO FRANCISCO** | **31/12/2020** | **187.400,34**  |
| **180073** | **686729** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **16/06/2019** | **316.629,61**  |
| **180073** | **687287** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **30/06/2021** | **40.137.465,97**  |
| **180073** | **688336** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **30/11/2017** | **274.080,30**  |
| **180073** | **688339** | **153114** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL** | **31/12/2019** | **6.643.892,19**  |
| **180073** | **689776** | **153278** | **ESCOLA EDUCACAO FISICA FISIOT.TERAP.OCUP/UFMG** | **28/08/2019** | **15.355.984,19**  |
| **180073** | **690011** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **20/12/2017** | **1.271.928,60**  |
| **180073** | **691649** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **13/11/2019** | **14.282.149,20**  |
| **180073** | **691664** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **10/01/2021** | **136.947,90**  |
| **180073** | **691732** | **158137** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG** | **08/08/2019** | **480.461,10**  |
| **180073** | **692204** | **154054** | **FUNDACAO UNIVERS.FED. DE MATO GROSSO DO SUL** | **31/12/2020** | **112.502,12**  |
| **180073** | **692298** | **158155** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN** | **03/03/2020** | **440.066,60**  |
| **180073** | **692343** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **23/04/2019** | **993.821,00**  |
| **180073** | **693840** | **153153** | **ESCOLA DE EDUCACAO FISICA E DESPORTES DA UFRJ** | **31/12/2020** | **59.264,49**  |
| **180073** | **694230** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **30/06/2021** | **4.988.062,82**  |
| **180073** | **694233** | **154034** | **UNIRIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RJ** | **04/05/2020** | **3.770.919,88**  |
| **180073** | **695097** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **16/07/2019** | **3.987.485,77**  |
| **180073** | **695913** | **158148** | **INST. FED. DE EDUC.,CIENC. E TEC. DE RONDONIA** | **07/11/2020** | **67.918,80**  |
| **180073** | **696014** | **158524** | **INST.FED.DE GOIAS/CAMPUS LUZIANIA** | **12/11/2020** | **221.320,60**  |
| **180073** | **696284** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **31/12/2020** | **4.954.288,30**  |
| **180073** | **696481** | **732100** | **CENTRO DE INSTRUCAO ALTE. SYLVIO DE CAMARGO** | **06/12/2019** | **700.430,00**  |
| **180073** | **697354** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/12/2020** | **19.566.086,24**  |
| **180073** | **697563** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **06/12/2019** | **624.415,18**  |
| **180073** | **697887** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **12/02/2020** | **1.377.647,52**  |
| **180073** | **697937** | **153103** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE** | **31/12/2020** | **637.959,94**  |
| **180074** | **673212** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **07/11/2013** | **5.424.046,60**  |
| **180074** | **674242** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **05/04/2014** | **3.522.764,90**  |
| **180074** | **677261** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **30/06/2015** | **13.013.961,25**  |
| **180074** | **677362** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/12/2014** | **1.495.481,97**  |
| **180074** | **682506** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **17/12/2016** | **4.411.529,00**  |
| **180074** | **682507** | **153115** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO** | **18/12/2017** | **1.328.891,97**  |
| **180074** | **698148** | **153046** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO** | **25/03/2020** | **50.873,82**  |
| **180074** | **698337** | **158133** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA** | **25/10/2020** | **56.858,30**  |
| **180074** | **698872** | **153079** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA** | **09/04/2020** | **54.700,00**  |
| **400076** | **696880** | **540026** | **SEC NAC ECON CRIATIVA DIV CULTURAL - CONVENIO** | **09/02/2019** | **1.500.000,00**  |
| **400076** | **696882** | **153056** | **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE** | **12/08/2016** | **166.937,90**  |
| **400076** | **696884** | **154069** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI** | **26/06/2015** | **33.600,00**  |
| **400076** | **696900** | **158195** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** | **19/06/2014** | **46.571,70**  |
| **400076** | **696905** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **10/03/2017** | **149.754,50**  |
| **400076** | **696910** | **158151** | **INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO ESP.SANTO** | **27/08/2015** | **111.287,00**  |
| **400076** | **697126** | **153103** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE** | **31/03/2015** | **228.794,12**  |
| **550005** | **674936** | **153038** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA** | **14/02/2014** | **51.000,00**  |
| **550005** | **679046** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2014** | **2.100,00**  |
| **550005** | **679770** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **28/02/2015** | **27.000,00**  |
| **550005** | **679774** | **154039** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS** | **28/02/2015** | **27.000,00**  |
| **550005** | **681773** | **170009** | **ESCOLA DE ADMINISTRACAO FAZENDARIA** | **30/04/2016** | **51.000,00**  |
| **550005** | **682414** | **130148** | **SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.** | **31/12/2014** | **2.233,45**  |
| **550005** | **683412** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **17/07/2015** | **66.543,44**  |
| **550005** | **683503** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2015** | **31.000,00**  |
| **550005** | **683858** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **26/08/2015** | **23.972,45**  |
| **550005** | **683897** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **07/08/2015** | **26.236,05**  |
| **550005** | **684010** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/08/2015** | **34.616,52**  |
| **550005** | **684362** | **114702** | **FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA** | **31/12/2015** | **127.566,18**  |
| **550005** | **684989** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **31/12/2015** | **18.626,31**  |
| **550005** | **685678** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **19/03/2016** | **47.445,75**  |
| **550005** | **686037** | **114702** | **FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA** | **27/07/2016** | **236.529,82**  |
| **550005** | **686123** | **110245** | **FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.** | **18/02/2021** | **1.060.723,20**  |
| **550005** | **686679** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/06/2016** | **20.961,09**  |
| **550005** | **688999** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **23/03/2017** | **8.060,54**  |
| **550005** | **690141** | **170531** | **SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MF/DF** | **21/07/2018** | **2.680.075,08**  |
| **550005** | **693803** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **30/07/2018** | **78.956,33**  |
| **550005** | **694355** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **17/08/2018** | **4.017,95**  |
| **550005** | **695197** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **23/10/2018** | **15.410,24**  |
| **550005** | **695345** | **170531** | **SUPERINTENDENCIA DE ADMINISTRACAO DO MF/DF** | **21/07/2019** | **817.810,55**  |
| **550005** | **695441** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **15/11/2018** | **6.594,06**  |
| **550005** | **696511** | **113601** | **INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA** | **31/12/2020** | **67.672,68**  |
| **550005** | **698306** | **403101** | **INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL** | **30/06/2020** | **32.040,10**  |
| **550005** | **698884** | **114702** | **FUNDACAO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA** | **04/12/2020** | **26.520,00**  |
| **550005** | **699559** | **240005** | **COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANCAS-MRE** | **16/02/2020** | **(451,43)** |
| **550008** | **1AAAMI** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **28/05/2021** | **214.944.054,01**  |
| **550008** | **1AAAMM** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **22/05/2021** | **6.944.042,67**  |
| **550008** | **1AAAXJ** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **29/06/2021** | **6.837.268,15**  |
| **550008** | **1AAEOC** | **158195** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE** | **30/08/2015** | **586.420,00**  |
| **550008** | **673292** | **153173** | **FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO** | **31/12/2016** | **27.653.858,51**  |
| **550008** | **681883** | **154046** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO** | **31/10/2018** | **2.491.847,20**  |
| **550008** | **684586** | **153165** | **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO** | **31/12/2020** | **1.865.995,00**  |
| **550008** | **686267** | **135100** | **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO** | **31/12/2020** | **419.523.386,21**  |
| **550008** | **686424** | **130148** | **SECRETARIA DE AGRICULT.FAMILIAR E COOPERATIV.** | **10/05/2017** | **250.000,00**  |
| **550008** | **689332** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/07/2019** | **12.270.736,05**  |
| **550008** | **692284** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/07/2018** | **3.350.455,72**  |
| **550008** | **696421** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **31/10/2019** | **5.467.564,99**  |
| **550008** | **697256** | **110404** | **DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO INTERNA-MD** | **30/07/2020** | **13.182.761,49**  |
| **550009** | **676682** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **28/07/2019** | **16.201.926,00**  |
| **550009** | **684848** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **31/12/2020** | **1.883.621,00**  |
| **550009** | **685366** | **155001** | **HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE** | **31/12/2020** | **645.285,40**  |
| **550009** | **686393** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **17/11/2020** | **645.661,09**  |
| **550009** | **686541** | **153031** | **UNIFESP-UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO PAULO** | **31/12/2020** | **637.525,78**  |
| **550009** | **696648** | **153163** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA** | **30/06/2021** | **1.281.084,18**  |
| **550009** | **696784** | **153052** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS** | **31/12/2020** | **400.000,00**  |
| **550009** | **696792** | **154419** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS** | **31/03/2020** | **100.384,95**  |
| **550010** | **697836** | **153080** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO** | **31/12/2020** | **457.300,99**  |
| **550010** | **698040** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **31/12/2020** | **1.066.817,00**  |
| **550010** | **698079** | **364102** | **CONSELHO NAC DE DESENV CIENT E TECNOLOGICO** | **31/12/2020** | **1.984.292,90**  |
| **550010** | **698772** | **410003** | **COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS** | **20/04/2021** | **1.285.200,00**  |
| **550011** | **699110** | **154040** | **FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB** | **18/07/2021** | **1.591.672,00**  |
| **550018** | **697688** | **153164** | **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA** | **31/12/2020** | **126.057,00**  |
| **550026** | **698275** | **160503** | **DEPARTAMENTO DE EDUCACAO E CULTURA DO EX** | **10/04/2021** | **21.157.472,55**  |

Já nas contas de Demais Créditos e Valores a Longo Prazo, o maior saldo está na conta “121210508 - Crédito a Receber por falta/irregularidade na Comprovação”. Nela são realizados os registros dos valores correspondentes à falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação apurados, com imputação da responsabilidade (quando for instaurada tomada de contas especial após apreciação pelo Tribunal de Contas da União –TCU).

Atualmente não são realizados registro de possíveis perdas de créditos a receber em acordo com a Macrofunção 020342 – Ajustes para Perdas Estimadas, todavia será analisado com as áreas técnicas responsáveis a pertinência de lançamento de ajuste de perda haja vista o baixo de percentual de ressarcimento ao erário.

Há que se ressaltar ainda que está sendo analisado montante total de valores pagos indevidamente a título de Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual em 2020. Após o levantamento desse montante, será realizado lançamento em créditos a receber bem como respectiva estimativa de perda.

1. **Estoque**

Atualmente o Ministério da Cidadania possui saldos de Estoques de Almoxarifado lançados em 4 unidades gestoras: 180002, 180080, 550005 e 550025. Todavia, do total de R$ 2.006.218,99 referente a Materiais de Consumo, 42% não são devidamente apresentados mensalmente em Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado (correspondente aos saldos nas UGs 180002 e 550025). O último relatório de movimentação encaminhado pela área de patrimônio tem competência de fevereiro de 2021 e é cobrado mensalmente pela Coordenação-Geral de Contabilidade, inclusive colocando restrição mensal para as unidades.

1. **Investimentos**

Balanço Patrimonial do Ministério possui saldo de R$ 132.275.040,75 na conta de participações em consórcios públicos registrado a partir de dezembro de 2011 pelo antigo Ministério do Esporte, referente às transferências realizadas à Autoridade Pública Olímpica, sucedida pela Autoridade de Governança do Legado Olímpica, que por sua vez foi extinta em 30/06/2020 e sucedida pelo Escritório de Governança do Legado Olímpico.

Estes saldos foram questionados pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos no processo 71000.048004/2020-79 e, no dia 06/04/2021, foi realizada a baixa do saldo da referida conta, devido ao fato de a AGLO ter sido incorporada de forma direta pelo Ministério da Cidadania e não mais por meio de criação de nova autarquia.

**d) Imobilizado**

Na conta de **Bens Móveis** são registrados os valores de aquisição ou incorporação de bens corpóreos, que tem existência material e que podem ser transportados pelo próprio movimento ou removidos por força alheia, sem alteração da sua substância ou da destinação econômico-social, que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Os Bens de Informática e Veículos correspondem a mais de 31% e 48%, respectivamente, do montante total dos Bens Móveis. Para estes ~~e~~ casos e outros com valores irrisórios, será encaminhado pela Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos um questionamento à área de patrimônio quanto aos saldos constantes nas UGs 180002, 180060, 180080 e 550025, haja vista que não houve movimentação nessas unidades nos últimos anos.

No Ministério da Cidadania a Unidade Gestora 550005 já está utilizando plenamente o sistema SIADS. Cabe ressaltar que, devido ao fato de a área de patrimônio ainda estar em processo de adaptação na utilização do sistema, as outras Unidades Gestoras estão em fase de transição e por isso não estão com o cálculo de depreciação acumulada atualizado.

Na conta de **Bens Imóveis** são registrados os valores dos bens imóveis, que são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

A conta Bens Imóveis em Andamento possui seu saldo composto basicamente por obras em andamento e estudos e projetos. Parte do saldo de obras em andamento se refere a obras iniciadas para atender aos Jogos Pan Americanos de 2007, conforme quadro abaixo, e não foi baixado da referida conta, pois o assunto ainda está em análise por parte do Departamento de Infraestrutura do Esporte.

Segue abaixo saldo constante na conta referente a obras do PAN 2007:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **NS** | **Documento Origem** | **Favorecido Doc.** |   | **Valor** |
| 180002000012006NS002948 | 2006NO000234 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$1.673.582,91 |
| 180002000012006NS003297 | 2006NO000261 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$3.010.916,39 |
| 180002000012006NS005315 | 2006NO000404 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$8.468.559,17 |
| 180002000012006NS005553 | 2006NO000424 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$5.796.454,62 |
| 180002000012007NS000607 | 2007NO000045 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$8.077.790,45 |
| 180002000012007NS001468 | 2007NO000080 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$10.998.114,29 |
| 180002000012007NS001711 | 2007NO000103 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$5.588.209,36 |
| 180002000012007NS001711 | 2007NO000103 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$5.589.458,26 |
| 180002000012007NS002024 | 2007NO000132 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$21.548.604,44 |
| 180002000012007NS003061 | 2007NO000272 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$15.672.971,15 |
| 180002000012007NS003683 | 2007NO000342 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$7.383.469,84 |
| 180002000012007NS003683 | 2007NO000342 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$10.910.088,21 |
| 180002000012007NS005912 | 2007NO000424 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$1.421.616,70 |
| 180002000012007NS005912 | 2007NO000424 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$681.299,78 |
| 180002000012007NS007889 | 2007NO000631 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$1.367.587,67 |
| 180002000012007NS007890 | 2007NO000632 | 61522512/0001-02 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S | R$10.450.925,36 |
| 180002000012008NS001823 | 2008NO000104 | 61522512000102 | CONSTRUCOES E COMERCIO CAMARGO CORREA S/A | R$4.626.885,32 |
| **Total** | **R$123.266.533,92** |

Outra parte significativa da conta corresponde a obras de contratos de repasse administradas pela Caixa Econômica Federal. Para ambas as situações, a setorial contábil solicitou parecer da área de infraestrutura afim de que os saldos possam espelhar a realidade dos andamentos das obras.

No intuito de regularizar as contas de Bens Imóveis em Andamento, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos encaminhou o processo 71000.061402/2020-81 para que as áreas técnicas realizem o levantamento de quais obras, estudos ou projetos já foram finalizados para então efetuar a baixa.

**e) Intangível**

Em 06/04/2021 foram baixados do grupo de contas do intangível na UG 180002 o montante de R$ 26.810.181,58 e na UG 550005 o montante de R$ 7.378.473,82. Esses valores foram baixados em virtude de os contratos não estarem mais vigentes e de os ativos não trazerem mais benefícios.

Desta forma, atualmente o ministério possui saldo apenas na UG 550005 na conta de Softwares com vida útil indefinida não cabendo, portanto, amortização, mas sim uma reavaliação dos bens.

Para que seja possível efetuar as reavaliações, está sendo realizado um trabalho em conjunto entre a Subsecretaria de Assuntos Administrativos e a Subsecretaria de Tecnologia da Informação para incluir esses bens no SIADS e definir metodologias de reavaliação desses bens.

**f) Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Curto Prazo e a Longo Prazo**

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito: aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo e no longo prazo.

No Ministério o maior impacto é causado pela conta Precatórios de Benefícios Previdenciários, onde são registradas as obrigações referentes a precatórios de proventos de aposentadoria, reformas ou pensões.

**h) Provisões a Curto Prazo e a Longo Prazo, segregando as provisões para benefícios a empregados dos demais itens**

No curto prazo estão sendo contabilizadas as provisões decorrentes de sentenças judiciais na UG 330013. Os registros são realizados pelos Tribunais diretamente na Unidade Gestora referente a Requisições de Pequenos Valores.

Já na conta 217919900 – Outras Provisões a Curto Prazo, contam os saldos referentes à provisões para a judicialização, contestação dos pagamentos do auxílio emergencial e auxílio emergencial residual Covid-19. O saldo nesta conta totalizou em dezembro de 2020 no montante de R$ 1.925.200.000,00, valor este calculado pela área técnica responsável conforme Nota Técnica nº 1 (SEI 9446460). A metodologia de cálculo deste valor é detalhada no item h.1.

No longo prazo há uma provisão para cobrir despesas com serviços de terceiros. Este lançamento se iniciou em 2016 na UG 550008 como de curto prazo e em 2018 foi transferida para o longo prazo. Neste decurso de tempo não foi atualizada ou baixada, desta forma esta Setorial Contábil encaminhará comunicado à unidade para verificar.

  **h.1. Metodologia de Cálculo do valor provisionado a título de Auxílio Emergencial e Auxílio Emergencial Residual**

Em 31/12/2020 foi provisionado o montante de R$ 1.925.200.000,00 na conta 397310100 - VPD DE PROVISOES P/ RISCOS FISCAIS assim discriminado:

1. R$ 378.000.000,00 referente a judicialização de AE e AER por meio da Nota de Sistemas 2020NS005556;
2. R$ 1.212.200.000,00 referente a reprocessamentos/contestações de AE por meio da Nota de Sistemas 2020NS005557; e
3. R$ 335.000.000,00 referente a reprocessamentos/contestações de AER por meio da Nota de Sistemas 2020NS005558.

Em 22/03/2021 os valores das alíneas a e b foram reclassificados para a conta 397910100 - VPD DE OUTRAS PROVISOES haja vista entendimento em conjunto com a Controladoria-Geral da União de que esses valores não se tratavam de possíveis Riscos Fiscais.

Os valores apresentados no primeiro parágrafo surgiram de trabalho conjunto entre a Secretaria de Cadastro Único – SECAD, responsável por público Extracad e CadÚnico não PBF e a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania – SENARC, responsável por público CadÚnico PBF.

Estes valores foram construídos a partir de estimativas de valores devidos aos públicos estimados, considerando as incertezas sobre quais as parcelas, ou mesmo valores a serem pagos a cada cidadão identificado como público objeto de novos pagamentos.

**Memória de Cálculo das Contestações/Reprocessamentos:**

* Seguem abaixo estimativas dos Públicos **Extracad e CAD não PBF**, fornecidas pela SECAD:

|  |
| --- |
| **Contestações / Reprocessamentos** |
|  | **Valor Total** | **Público estimado** |
| **AE + AER** |  **R$ 1.423.219.314,77**  | **567.973**  |
| Contestações Administrativas |  R$ 20.083.314,77  | 33.013  |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 75.600.000,00  | 28.800  |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 453.600.000,00  | 172.800  |
| Reprocessamento DPU |  R$ 850.500.000,00  | 324.000  |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 18.900.000,00  | 7.200  |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 4.536.000,00  | 2.160  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Auxílio Emergencial (AE)** |  **R$ 1.124.922.478,52**  | **304.986**  |
| Contestações Administrativas |  R$ 2.413.678,52  | 7.258  |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 60.480.000,00  | 16.000  |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 362.880.000,00  | 96.000  |
| Reprocessamento DPU |  R$ 680.400.000,00  | 180.000  |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 15.120.000,00  | 4.000  |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 3.628.800,00  | 1.728  |
| **Auxílio Emergencial Residual (AER)** |  **R$ 298.296.836,25**  | **262.987**  |
| Contestações Administrativas |  R$ 17.669.636,25  | 25.755  |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 15.120.000,00  | 12.800  |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 90.720.000,00  | 76.800  |
| Reprocessamento DPU |  R$ 170.100.000,00  | 144.000  |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 3.780.000,00 | 3.200  |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 907.200,00  | 432  |

* Segue abaixo tabela com discriminação da tabela anterior para público **Extracad, Cad Único e CadÚnico não PBF**:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Auxílio Emergencial (AE)** | R$ 1.124.922.478,52  | 304.986 |
| **Extracad** | **R$ 899.937.982,82**  | **243.989** |
| Contestações Administrativas |  R$ 1.930.942,82  | 5.806  |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 48.384.000,00  | 12.800  |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 290.304.000,00  | 76.800 |
| Reprocessamento DPU |  R$ 544.320.000,00  | 144.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 12.096.000,00  | 3.200 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 2.903.040,00  | 1.382 |
|   |   |  |
| **CadÚnico (não PBF)** |  **R$ 224.984.495,70**  | **60.997** |
| Contestações Administrativas |  R$ 482.735,70  | 1.452 |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 12.096.000,00  | 3.200 |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 72.576.000,00  | 19.200 |
| Reprocessamento DPU |  R$ 136.080.000,00  | 36.000 |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 3.024.000,00  | 800 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 725.760,00  | 346 |
|   |  |  |
| **Auxílio Emergencial Residual (AER)** |  **R$ 298.296.836,25**  | **262.987** |
| **Extracad** |  **R$ 238.637.469,00**  | **210.390** |
| Contestações Administrativas |  R$ 14.135.709,00  | 20.604 |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 12.096.000,00  | 10.240 |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 72.576.000,00  | 61.440 |
| Reprocessamento DPU |  R$ 136.080.000,00  | 115.200 |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 3.024.000,00  | 2.560 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 725.760,00  | 346 |
| **CadÚnico (não PBF)** |  **R$ 59.659.367,25**  | **52.597** |
| Contestações Administrativas |  R$ 3.533.927,25  | 5.151 |
| Contestações Extrajudiciais |  R$ 3.024.000,00  | 2.560 |
| Reprocessamento CNJ |  R$ 18.144.000,00  | 15.360 |
| Reprocessamento DPU |  R$ 34.020.000,00  | 28.800 |
| Reprocessamento Residentes Exterior |  R$ 756.000,00  | 640 |
| Reprocessamentos (complemento de parcelas judiciais) |  R$ 181.440,00  | 86 |

* Abaixo, segue tabela com informações do Público **CadÚnico PBF** fornecidas pela SENARC:

|  |
| --- |
| **CONTESTAÇÕES E REPROCESSAMENTOS** |
| **Auxílio Emergencial** |
| **Cadunico (PBF) - SENARC** | **R$50.685.000,00** | **14.827** |
| Contestação Cidadão | R$6.690.600,00 | 2.048 |
| Contestação DPU | R$1.443.600,00 | 432 |
| Reprocessamento CNJ | R$32.252.400,00 | 8.214 |
| Reprocessamento Residentes no Exterior | R$10.298.400,00 | 4.133 |
| **Auxílio Emergencial Residual** |
| **Cadunico (PBF) - SENARC** | **R$26.071.293,00** | **39.353** |
| Contestação Cidadão | R$5.470.857,00 | 27.426 |
| Contestação DPU | R$1.443.600,00 | 432 |
| Reprocessamento CNJ | R$12.609.636,00 | 7.362 |
| Reprocessamento Residentes no Exterior | R$6.547.200,00 | 4.133 |
| **TOTAL CONTESTAÇÕES E PROCESSAMENTOS** | **R$76.756.293,00** | **54.180** |

Desta forma, o montante total referente a contestações e reprocessamentos é de R$ 1.498.975.607,77.

**Memória de Cálculo das Decisões Judiciais:**

* **Público Extracad e CadÚnico não PBF** (informações prestadas pela SECAD):

No que se refere às judicializações, considerando o maior grau de incerteza sobre os públicos que seriam objeto das ações, ou mesmo o teor das ações, que podem ser referentes às elegibilidades dos AE ou AER, de bloqueios de parcelas de quaisquer dos auxílios, de contestações de valores pagos, em qualquer dos auxílios. E considerando não se ter, como nas contestações ou nos reprocessamentos, elementos anteriores, como o quantitativo e qualitativo dos benefícios negados (que geram, por sua vez, o público base das contestações), ou mesmo os quantitativos e qualitativos dos benefícios objeto dos argumentos que ensejam os reprocessamentos. Adotou-se uma estimativa mais genérica, de um cenário de 100.000 beneficiários objetos de alguma decisão judicial, com necessidades médias, também estimadas pelo histórico observado até então de pagamentos de decisões judiciais, e análises sobre os casos em andamento na esfera judicial (em informações preliminares apresentadas pelo CNJ, por exemplo), de pagamentos de R$ 2.831,00 reais a título de AE e R$ 949,00 a título de AER.

Montante total de decisões judiciais da SECAD: R$ 378.000.000,00.

* **Público CadÚnico PBF** (informações prestadas pela SENARC):

Para as decisões judiciais do Auxílio Emergencial, foi aplicado benefício médio de R$ 3.165,63 pago no cumprimento das decisões judiciais para um quantitativo de 11.506 beneficiários.

Para as estimativas de cálculo das decisões judiciais do Auxílio Emergencial Residual, foi aplicado o benefício médio das decisões judiciais de R$ 1.586,97 para um quantitativo de 6.000 beneficiários.

Montante total de decisões judiciais da SENARC: R$ 45.945.558,78.

Desta forma, o valor total de contratações/reprocessamentos foi de R$ 1.498.975.607,77 e o valor total de decisões judiciais foi de R$ 423.945.558,78, totalizando um valor a ser provisionado de R$ 1.922.921.166,55. Todavia, a Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC apresentou a seguinte tabela para fundamentar o lançamento da provisão:



A Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos, ao analisar as informações verificou que os valores de Decisões Judiciais da SENARC foram equivocadamente alocadas como contestações e reprocessamentos. Foi então emitido questionamento à SECAD que emitiu o seguinte pronunciamento:

“**Identificação posterior de erro na conformação final dos cálculos na consolidação de valores entre públicos (PBF e não PBF) e tipos de pagamentos (judicial e não judicial), nos resultados finais apresentados na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC**

Cabe observar a identificação posterior de erro de cálculo na consolidação dos valores para pagamentos dos benefícios entre os públicos PBF e não PBF, e entre os valores calculados pela SECAD e recebidos pela SENARC. No momento da consolidação dos valores calculados pela SECAD e recebidos pela SENARC, ao se elaborar a Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC, houve uma colocação equivocada de valores estimados pela SENARC de pagamentos de benefícios judiciais (em um total de R$ 45.945.560, sendo R$ 36.423.740,00 do AE e R$ 9.521.820,00 do AER) nos totais dos valores estimados para pagamentos de benefícios de contestações e reprocessamentos. Resultado em uma estimativa a maior, em R$ 45.945.560, no total estimado para contestações e reprocessamentos. E uma estimativa a menor, em R$ 45.945.560, no total estimado para judicializações.

Os valores estimados pela SENARC de necessidades de pagamentos de judicializações em um total de R$ 45.945.560, deveriam ter sido somados ao total estimado pela SECAD para o mesmo fim, de R$ 378.000.000,00.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Judicializações (AE+AER) | Valores na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC | Valores de judiciais estimados pela SENARC e não computados na consolidação final | Valores finais das estimativas como seriam com as judicializações estimadas pela SENARC |
| Auxílio Emergencial (AE) | R$ 283.100.000,00 | R$ 36.423.739,80 | R$ 319.523.739,80 |
| Auxílio Emergencial Residual (AER) | R$ 94.900.000,00 | R$ 9.521.820,00 | R$ 104.421.820,00 |

Da mesma forma, estes valores foram erroneamente somados, junto às estimativas da SENARC para o público PBF para pagamentos de contestações e reprocessamentos. Os valores do público PBF de pagamentos de contestações e reprocessamentos deveriam ter sido os seguintes:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contestações / Reprocessamentos | Valores na Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC | Valores colocado indevidamente(judiciais PBF) | Valores que deveriam ter sido trazidos das estimativas da SENARC para o PBF |
| Auxílio Emergencial (AE) |   |   |   |
| CadÚnico (PBF) | R$ 87.200.00,00 | R$ 36.423.739,80 | R$ 50.685.000,00 |
| Auxílio Emergencial Residual (AER) |   |   |   |
| CadÚnico (PBF) | R$ 36.000.000,00 | R$ 9.521.820,00 | R$ 26.071.293,00 |

Ressalta-se que os valores apresentados nas tabelas finais da Nota Técnica Nº 01/2021/SECAD/SE/MC também foram objeto de arredondamentos. O que eventualmente explica o não batimento exato entre os números apresentados acima como o que foram e o que deveriam ter constado nas tabelas finais. Outros valores seriam objeto de outros arredondamentos. A fim de simplificar os totais de inscrição nas linhas orçamentárias do RAP 2021.

Por fim, destaca-se que o erro de consolidação dos dados foi identificado apenas recentemente, mas que não se considera necessária a realização de uma correção deste em função dos seguintes elementos:

1. O montante identificado com alocação orçamentária equivocada é relativamente pequeno em relação aos totais alocados em cada uma das linhas orçamentárias afetadas. R$ 45.945.560 a menos na linha orçamentária de judicializações que foi de R$ 378.000.000,00. E R$ 45.945.560 a mais na linha orçamentária de pagamentos administrativos (contestações e reprocessamentos) que foi de R$ 1.212.200.000,00. Ressaltando o fato que estes valores foram estimativas feitas com elevado grau de incertezas, e que portanto, sujeitos à elevada margem de erro frente aos valores efetivamente observados como necessidades concretas orçamentárias.
2. Ademais, observa-se uma utilização maior de recursos orçamentários na linha em que o erro provocou um aumento na alocação, e uma utilização menor na linha em que o erro provocou uma redução na alocação. Considerando os valores orçamentários executados até apresente data nas linhas orçamentárias de RAP afetadas, observa-se uma elevada margem de folga para ambas, o que não configura uma necessidade premente de correção dos valores atualmente disponibilizados. Até a presente data, a informação é que a linha orçamentária de pagamentos judiciais teve uma execução de apenas R$ 65.915.173,36 frente à um RAP 2021 de 378.000.000,00 (17%). E a linha orçamentária de pagamentos administrativos uma execução orçamentária de apenas R$ 263.760.600,00 frente à um RAP 2021 de R$ 1.125.000.000,00 (23%).

Considera-se, portanto, que, apesar do erro factual na alocação das estimativas, os totais alocados à época para cada uma das linhas orçamentárias vêm satisfazendo à contento as necessidades observadas até então, para ambas as linhas. E que apesar desta SECAD não ser contrária à correção das alocações conforme as estimativas originárias, considera que a correção não se mostra necessária no presente momento.”

1. **Componentes do patrimônio líquido, segregando o capital integralizado, resultados acumulados e quaisquer reservas**

Conta do Patrimônio Líquido que compreende o saldo remanescente dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos. A mensuração é feita pela apuração do resultado positivo ou negativo.

No caso do Ministério da Cidadania, o resultado acumulado teve uma redução de 23% em relação ao mesmo trimestre no ano passado.

1. **Balanço Financeiro**

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

1. **Déficit Financeiro**

|  |  |
| --- | --- |
|  | 2021 |
| Receitas Orçamentárias | **R$ 1.272.595.631,77** |
| (+) Transferências Financeiras Recebidas | **R$ 149.376.869.280,43** |
| (+) Recebimentos Extraordinários | **R$ 19.981.700.785,93** |
| (-) Despesas Orçamentárias | **R$ 56.027.148.960,35** |
| (-) Transferências Financeiras Concedidas | **R$ 116.917.090.566,76** |
| (-) Pagamentos Extraorçamentários | **R$ 1.353.391.101,49** |
| **(=) Resultado Financeiro do Exercício** |  **-R$ 3.666.464.930,47** |

Como se pode observar da tabela acima, o resultado financeiro foi negativo e o passivo exigível do balanço patrimonial teve um decréscimo, comparado com o mesmo trimestre do exercício de 2020. O déficit ocorreu em função de grande diminuição de cotas a recebidas, sub-repasses recebidos e de valores inscritos em Restos a Pagar.

1. **Sub-repasse recebido**

Houve uma redução de 69,8% em relação ao mesmo trimestre no ano anterior. Porém, em virtude da pandemia causada pelo Corona vírus houve um aumento em mais de 355% nos sub-repasses recebidos no âmbito do Ministério da Cidadania em relação ao 1º trimestre. Isto se deve principalmente ao pagamento do Bolsa Família do primeiro trimestre e ao sub-repasse realizado para a UG 550027 para pagamento da primeira parcela do Auxílio Emergencial de 2021, paga em abril.

Há que se considerar ainda que para fins de consolidação, os saldos de sub-repasses concedidos, sub-repasses recebidos e sub-repasses devolvidos foram elencados tanto nas colunas das Receitas quanto das Despesas para comprovar os saldos constantes nas Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas.

1. **Inscrição em Restos a Pagar Não Processados**

No balanço financeiro, o saldo a ser inscrito em Restos a Pagar Não Processados é inserido na Receita Extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária e é composto pelo somatório das seguintes contas: 622130100 – Créditos Empenhados a Liquidar e 622130200 – Créditos Empenhados em Liquidação. Cabe ressaltar que com o [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument), foi possível inscrever em Restos a Pagar Não Processados as Despesas referente a Covid - 19 a serem executadas até 31/12/2021 desde que devidamente justificada pelo gestor.

1. **Balanço Orçamentário**

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

1. **O regime orçamentário e o critério de classificação adotados no orçamento aprovado**

O regime orçamentário adotado no âmbito do Ministério da Cidadania é o misto, ou seja, as receitas são contabilizadas quando da arrecadação e as despesas quando da realização do empenho, conforme estabelecido no artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

1. **O período a que se refere o orçamento**

O orçamento é anual conforme estabelecido no artigo 2º da Lei nº 4.320/64, todavia a análise em questão se refere ao período de 01/01/2021 a 31/03/2021.

1. **As entidades abrangidas**

Após a transferência da Secretaria Especial de Cultura para o Ministério do Turismo, o Ministério da Cidadania não possui outras entidades vinculadas a ele.

1. **O procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.**

Ao final do exercício, os restos a pagar não processados liquidados que forem reinscritos para o exercício seguinte ingressam como restos a pagar processados não havendo um controle segregado para estes casos.

1. **Receitas Realizadas**

Apesar da previsão atualizada de Receita Corrente ser de R$ 540.327.216,00, já houve uma realização no montante de R$ 1.272.595.631,77 decorrente principalmente de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos do Auxílio Moradia. Quanto a Receitas de Capital, até o momento não houve realização.

1. **Operação de Crédito Interna**

Até o momento não há previsão nem execução de operações de crédito internas registradas.

1. **Restos a Pagar Processados e Não Processados**

Para a execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados as unidades executoras já foram orientadas:

* A observar a manutenção dos Restos a Pagar em consonância com a Nota Técnica nº 7/2018/CCONT/SUCON/STN-MF bem como o Comunicado STN nº 33/2020 (publicado na Plataforma Mais Brasil). Ainda em 2020 houve alguns questionamentos a respeito da observância desses normativos por meio doprocesso 71000.037911/2020-92;
* Com relação aos Restos a Pagar de empenhos emitidos em 2020, inscritos para 2021 no que tange a despesas para atendimento à Emenda Constitucional nº 106/2020 (Covid-19) foram repassadas as instruções para atendimento do [Decreto nº 10.579, de 18 de dezembro de 2020](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.579-2020?OpenDocument).
1. **Demonstração das Variações Patrimoniais**

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

1. **Redução ao valor recuperável no ativo imobilizado, bem como as reversões de tais reduções**

A transição de sistema patrimonial do Ministério ocorreu recentemente e os bens imobilizados não foram reavaliados e, portanto, não houve redução ao valor recuperável. No momento em que esses bens forem reavaliados, caso os valores contábeis registrados estejam acima do valor recuperável, serão feitos os lançamentos de redução do valor.

1. **Reestruturações das atividades da entidade e reversões de quaisquer provisões para gastos de reestruturação**

O ministério não realizou para 2021 provisionamento para gastos com reestruturações (21791.02.00 – Provisão para Reestruturação) e, portanto, também não foi realizado qualquer lançamento de baixa nessa conta.

1. **Unidades operacionais descontinuadas**

No segundo trimestre de 2021 foi inativada a seguinte Unidade Gestora no SIAFI:

550019 II PROJETO DE APOIO AO PBF E CNDS - DOLAR (Inativada em 09/06/2021)

1. **Constituição ou reversão de provisões**

Com exceção das provisões trabalhistas, o Ministério da Cidadania possui provisões para sentenças judiciais no curto e no longo prazo, para serviços de terceiros no longo prazo e para pagamentos judiciais do auxílio emergencial no curto prazo. Houve alguns pagamentos de requisições de pequenos valores gerando um ganho com desincorporação de passivos.

Todavia, conforme elencado no item “h” do Balanço Patrimonial, está sendo verificada a possibilidade de atualização ou exclusão da provisão para serviços de terceiros.

1. **Outras Transferências e Delegações Concedidas**

No segundo trimestre de 2021 houve uma movimentação no montante de R$ 2.933.018,51 referente a doações efetuadas pelas UGS 180002 e 550005 de material de consumo e mobiliário.

1. **Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas**

As Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas diminuíram consideravelmente em relação ao mesmo trimestre do ano passado, 54,8% e 40,7% respectivamente.

1. **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

* 1. **Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento**

No segundo de 2021 o Ministério da Cidadania não teve movimentação de caixa para atividades de financiamento, o que indica não ter havido alteração no capital próprio nem no endividamento do órgão por meio de empréstimos.

O Ministério não necessitou de obtenção de linhas de crédito para financiar futuras atividades operacionais ou para satisfazer compromisso de capital.

* 1. **Descrição dos itens incluídos no conceito de caixa e equivalente de caixas**

No âmbito do Ministério da Cidadania só existem saldos referente a Caixa e Equivalente de Caixas nas contas 1.1.1.1.2.20.01 – Limite de Saque com Vinculação de Pagto – OFSS e 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação Pagto – Ordem Pagto – OFSS conforme já mencionado no item “a” das Notas do Balanço Patrimonial.

* 1. **Conciliação do saldo de caixa e equivalente de caixas apresentado na DFC com o valor apresentado no Balanço Patrimonial, justificando eventuais diferenças.**

O saldo de Caixa e Equivalente de Caixas da DFC coincide com o apresentado no Balanço Patrimonial.